

## **Genocídio Armênio: A história e a “verdade” oficial**

### **Armenian Genocide: history and the official “truth”**

Ligia Sanchez de Almeida<sup>1</sup>

#### RESUMO

O Genocídio Armênio (1915-16) é negado até hoje com veemência pelo governo turco, com apoio de várias nações interessadas em manter a versão oficial em detrimento da verdade histórica. Infelizmente, as vozes dos sobreviventes demoraram demais para serem ouvidas e registradas enquanto testemunhos. Detalhes sobre esta tragédia, considerada como o protótipo do genocídio moderno, foram esquecidos por tempo suficiente para que Hitler proferisse a famosa frase: “afinal, quem fala da aniquilação dos Armênios hoje?”.

#### PALAVRAS-CHAVE

Genocídio, armênios, negacionismo, massacres, aniquilação

#### ABSTRACT

The Armenian Genocide (1915-16) is still denied by the turkish government, sponsored by many nations more interested in keeping the official version than revealing the historical actual facts. Unfortunately, the survivor’s voices were listened too late. The details on such a tragedy, considered the prototype of modern genocide, were forgotten long enough to allow Hitler to pronounce his famous sentence “who, after all, speaks today of the annihilation of the Armenians?”

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
ligiasanchez@usp.br

## KEYWORDS

Genocide, armenians, denial, massacres, annihilation

## Introdução

Durante décadas, o povo armênio lutou para ter atendidas as suas necessidades. Por muito tempo, suas demandas foram enviadas ao Sultão e ignoradas. Para o governo turco no início do século XX, os armênios significavam uma ameaça à soberania nacional e sua eliminação seria providencial. Ainda que as práticas de massacres já ocorressem desde o final do séc XIX, foi durante a Primeira Guerra que teve início a política de deportações que levou à morte mais de um milhão de armênios.

Desde então, contrariando todos os depoimentos de sobreviventes e de diplomatas que testemunharam a ação, o governo turco nega com veemência qualquer intenção genocida. Na “verdade” turca, a morte de mais de um milhão de pessoas foi um “desagradável subproduto da guerra”.

Pouco mais de duas décadas mais tarde, a impunidade desses atos cobrava muito mais vidas: às vésperas de invadir a Polônia (Agosto de 1939), Adolf Hitler faz um discurso às suas tropas, com a frase: “(...) coloquei meus batalhões de execução de prontidão – por hora apenas no Leste – com ordens de mandar para a morte sem perdão ou compaixão, homens, mulheres e crianças de língua polonesa. Só assim conseguiremos o espaço que precisamos. Quem, afinal, fala hoje da aniquilação dos armênios?”<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Trecho da tradução para o inglês do original alemão *Akten zur Deutschen Auswartigen Politik 1918-1945*. Serie D, Band VII, (Baden-Baden, 1956) pp. 171-172, publicada no site <http://www.armenian-genocide.org/hitler.html> por Kevork B. Bardakjian, *Hitler and the Armenian Genocide* (Cambridge, Massachusetts: The Zoryan Institute, 1985).

Apesar dos protestos de toda a comunidade armênia espalhada pelo mundo e da simpatia de alguns governos, como o da Argentina, que reconheceram os massacres como genocídio, o discurso oficial turco ainda se mantém o mesmo – morreram armênios, de fato, mas morreram também muitos turcos, e a maior parte das mortes se deveu à fome que assolou todo o país sem distinção.

Entendemos o negacionismo como mais uma etapa do ato de genocídio e, como tal, deve ser combatido, sempre. Neste artigo, pretendemos trazer alguns desses fatos à luz novamente, para que não se percam com as últimas testemunhas.

### *Os Armênios*

Descendentes do antigo Reino de Urartu, os armênios estabeleceram-se por volta de 585 a.C. na Anatólia, onde vivem até hoje. Figuram na história como a primeira nação cristã do mundo e o símbolo nacional é o Monte Ararat, onde teria aportado a Arca de Noé após o dilúvio. Ao longo dos séculos, sua cultura floresceu – criaram um alfabeto próprio e possuem uma rica mitologia, e vários poetas importantes.

Desde que se tornaram súditos dos Otomanos, em meados do séc VI, viviam como cidadãos de segunda classe, uma vez que eram cristãos sob domínio muçulmano<sup>3</sup>. Entretanto, por mais que pareça depreciativa, essa condição secundária ajudou o povo armênio a conquistar posições de destaque

---

<sup>3</sup> A relação entre o estado muçulmano e as comunidades não-crentes era regulada por um pacto chamado *Dhimma* e os beneficiários desse pacto eram conhecidos por *dhimmis* (*ahl al-dhimma* ou povos do pacto). Os termos desse acordo estavam bem fundamentados nas leis sagradas, em detalhes. O acordo permitia que não-crentes vivessem em território muçulmano e organizassem suas comunidades, em torno de suas igrejas. Estas comunidades eram os *Millets*. A autoridade máxima dentro do *millet* era o sacerdote e os assuntos internos podiam ser resolvidos sem a intervenção do governo muçulmano. Para ser considerado *dhimmi*, era preciso reconhecer a primazia do Islã.

na economia do Império. Como cidadãos de segunda classe, não tinham direito de portar armas, nem de servir o exército, o que lhes permitia seguir com seus negócios sem interrupção.

A Armênia, desde o século XVIII, estava dividida em Armênia turca e Armênia persa, mais tarde russa. Entretanto, não se pode falar em delimitações territoriais nesse caso. Haviam comunidades armênias dispersas por todo o Império Otomano, bem como na Transcaucásia. Apesar de não terem perdido sua identidade cultural, mantida principalmente em torno da religião, os armênios estavam muito adaptados à sociedade otomana, cumpriam seus deveres cívicos, utilizavam correntemente o idioma turco. O *Millet* armênio era, de fato, conhecido como o '*millet fiel*' (CLOGG, 2002, p. 15).

Construíram-se então grandes fortunas; comerciantes importantes e mesmo banqueiros do império eram armênios, principalmente os que viviam nas maiores cidades – Constantinopla (Istambul) e Esmirna (Izmir). Muitos eram profissionais liberais, médicos, artesãos, intérpretes do governo. A maioria do povo armênio, entretanto, manteve-se como agricultor, vivendo em pequenas vilas, principalmente na Anatólia Oriental. Nessa região, dividiam espaço com tribos curdas e circassianas, na maioria nômades, e a relação entre esses povos tinha um delicado equilíbrio que se manteve enquanto o Império era poderoso e bem administrado. Os armênios costumavam abrigar os curdos nômades durante o inverno e pagar a eles por proteção. Quando o Estado Otomano tornou-se decadente e a política corrupta, os impostos devidos ao governo se tornaram exagerados, o que impedia os armênios de pagar, além disso, a taxa de proteção aos curdos. (LEWY, 2005, p. 4)

Sem pagamento, sem proteção. Os curdos, segundo vários autores, eram um povo pouco benevolente e, ainda que não pudessem contar com o dinheiro armênio, não deixaram de usufruir de suas riquezas – os ataques eram constantes, roubo de gado, de alimento, de mulheres e jovens, massacres. A

resistência era difícil, pois o povo armênio não podia portar armas. Seu único recurso era enviar à *Porta*<sup>4</sup> seus informes e suas petições. Lewy cita que em vinte anos, antes de 1870, o Patriarca enviou quinhentos memorandos à Porta, com detalhes das extorsões e outros crimes cometidos contra a sua comunidade, sem resultado. (2005, p. 6)

Durante uma invasão das tropas russas aos domínios otomanos nessa região, os armênios ‘russos’ engajados no exército reuniam admiradores entre os armênios ‘turcos’ e alguns destes prestavam serviços clandestinamente ao invasor. A independência dos países balcânicos inspirou novo alento à esperança armênia de sua própria liberdade, mas a maioria dos líderes intelectuais preferia que esta fosse conquistada por via política. Um tratado de paz russo-turco, firmado em março de 1878, em San Estefano, incluía uma cláusula de suma importância, o famoso artigo 16, que estipulava “que a Sublime Porta se compromete a executar reformas e melhoramentos em benefício das províncias habitadas pelos armênios e garantir sua segurança”. (SAPSEZIAN, 2010, p. 103) Ao cumprimento dessas exigências estava condicionada a retirada das tropas russas da Anatólia.

O mesmo tratado, entretanto, determinava grandes concessões territoriais à Rússia. Essa parte do tratado suscitou a desconfiança britânica, que conseguiu convocar um congresso internacional para reexaminar essa questão. Em Berlim, em junho de 1878, a pequena delegação armênia viu suas expectativas caírem por terra. Dias antes da abertura do congresso, os ingleses já haviam firmado um acordo com o Sultão em Chipre, segundo o qual os britânicos defenderiam os interesses da Porta em Berlim, em troca da concessão da ilha de Chipre para os britânicos. Ao tomarem conhecimento desse prévio acordo, os delegados em Berlim quase dissolveram o Congresso, mas enfim foram retomados os trabalhos,

---

<sup>4</sup> Sublime Porta – o centro administrativo do Império.

e o que ficou resolvido foi a imediata retirada das tropas russas, quando só então o sultão iria efetuar as melhorias, que obviamente nunca aconteceram.

Desse episódio ficou uma parábola criada por Khrimian, o líder armênio presente no Congresso: “aqueles que tinham longas colheres de metal (alusão aos búlgaros, romenos, sérvios, gregos, cujo anseio por independência contava com o apoio armado das potências) conseguiram alcançar o panelão e saciar-se do apetitoso *herissé*. Ora, a delegação armênia tinha apenas colher de papel (uma vaga promessa num documento oficioso), e com colher de papel não se come *herissé*...”.(SAPSEZIAN, 2010, p. 125)

De acordo com Sapsezian, essa decepção política foi o que levou os armênios à luta armada. E em contrapartida, a retaliação da *Porta*. Lord James Bryce também afirma que o Tratado de Berlim foi determinante no destino dos armênios – “antes do tratado, não havia uma inimizade específica do sultão contra os armênios e nem estes últimos tinham aspirações políticas nacionalistas”. (LEWY, 2005, P. 9). A partir do momento em que os armênios se levantaram e ousaram exigir direitos, tornaram-se insubmissos aos olhos do sultão. Abdulhamid não demorou a perceber a ocasião de resolver a ‘questão armênia’ e impedir que também estes súditos se libertassem. Uma das primeiras medidas tomadas foi a redivisão da Anatólia em seis províncias ou *vilaietes*, cada uma com um governador indicado pela Porta – Sivas, Erzerum, Kharput, Bitlis, Diarbekir e Van. O governo otomano decidiu também instalar na região milhares de imigrantes muçulmanos, vindos de países limítrofes, o que desencadeou uma nova onda de pilhagens, estupros e violências.

Por fim, sob o pretexto de combater a ‘atividade revolucionária armênia’, a cargo dos partidos recém fundados Huntchaguian e FRA/Tashnagtsutiun, Abdulhamid montou um exército especial, composto, na verdade, por irregulares curdos que por alguma razão se tornaram fiéis ao Sultão. Estas tropas, chamadas *Hamidieh* ou ‘de Hamid’, segundo varias fontes turcas citadas por Akçam, foram

criadas com a intenção declarada de manter a segurança das fronteiras com a Rússia, mas seu verdadeiro alvo eram os armênios. Uma vez com mecanismos preparados, a cada manifestação armênia de protesto pelas condições em que viviam correspondia um massacre. Entre os mais conhecidos estão os acontecidos entre 1894 e 1896, em Sasun, Van, Istambul, com milhares de mortos em cada um dos casos.

Após 1896, a questão armênia foi esquecida pelo resto do mundo, até a revolução dos Jovens Turcos em 1908. Houve uma acirrada disputa pelo poder central, embora o Sultão ainda seguisse como o chefe supremo do governo, ao final da qual os governantes do império eram os jovens integrantes do Comitê de União e Progresso (CUP) – Enver Pasha, Talaat Pasha e Djemal Pasha. No término da segunda guerra balcânica, com imensas perdas territoriais para os Otomanos, o CUP fechou acordos de paz com a Grécia, Bulgária, Sérvia e Rússia, definindo as novas fronteiras.

O problema então foi assentar as centenas de milhares de muçulmanos que antes viviam nos países livres e foram deslocados para viver dentro do Império. A maior parte foi instalada ao longo das estradas ou em terras armênias, fazendo ressurgir o problema conhecido como “Questão Armênia”.

Com a Primeira Grande Guerra já se anunciando, uma das mais importantes atitudes tomadas pelo CUP foi a modernização das forças armadas. Para isso, contaram com o inestimável auxílio alemão. Alemães ocuparam postos de comando e treinaram os oficiais turcos. Essa gentileza teria um preço alto. A princípio, a intenção do império era manter-se neutro na guerra, mas o comando alemão decidiu enviar navios para bombardear portos russos através dos estreitos, deixando o CUP sem escolha.

Apesar do imenso custo social de mais uma guerra, a verdade é que essa foi uma chance sem precedentes para que as providências para alcançar o ideal do “Turquismo”, ou seja, a conquista da ‘Turquia para os turcos’ fossem tomadas sem nenhuma interferência.

Os massacres de Abdulhamid diferiam fundamentalmente daqueles acontecidos durante o governo do CUP, pois os propósitos eram distintos. O Sultão pretendia acomodar os armênios e mantê-los na segunda classe em que sempre estiveram. O interesse do Comitê pode ser bem compreendido pelas palavras de Talaat Pasha, em um memorando enviado ao Grão Vizir, em 1915: ‘conseguir uma completa e fundamental eliminação desse assunto’ (AKÇAM, 2007, p. 47).

O objetivo dos Unionistas não era resolver os problemas do império com uma revolução mas buscar um consenso com o poder autoritário prévio, apelando ao senso de justiça e às boas intenções do Sultão (AKÇAM, 2007, p. 67). Em última análise, o que desejavam os turcos, ao menos aqueles que dominavam a Porta, era a perpetuação do Império Otomano, com o máximo de sua antiga grandeza e, se possível, ainda maior. Sendo assim, não era possível que admitissem uma aspiração separatista. Os armênios alegavam desejar apenas autonomia e não independência, mas o exemplo da Sérvia ainda estava fresco na memória.

Com o tempo, as ideias sobre o Turquismo evoluíram para ideias ainda mais abrangentes, como o Pan-Turanismo – ‘Turan’ seria um grande estado que deveria incluir todas as regiões onde houvessem turcos, indicados tanto pelos costumes quanto pela língua e mesmo a religião e ao mesmo tempo excluir todos os contrários. Enver Pasha era um dos maiores incentivadores dessa ideia. Para levar adiante esta ideia, o CUP fundou a ‘Organização Especial’ originalmente sob comando do próprio comitê e pouco mais tarde subdividido para receber ordens diretamente do Ministério da Guerra – sob o comando de Enver Pasha.



Segundo Akçam, as ações da Organização Especial começaram a ser 'testadas' ainda antes do início da guerra, com a expulsão dos gregos da costa do Egeu, através de terror e expropriação de propriedade. Com a Grande Guerra em curso, o plano de ação foi ampliado e direcionado para o 'genocídio' Armênio. Os planos traçados para a turquificação da Anatólia foram cuidadosamente estudados. A princípio, o CUP "tomou uma decisão clara. A fonte de problemas na Anatólia ocidental devia ser removida, deveria 'limpar' os gregos, por meios políticos ou econômicos. Antes de qualquer coisa, era preciso enfraquecer os economicamente poderosos gregos" (AKÇAM, 2007, p. 103).

Ainda sem a cobertura da guerra, o governo Unionista temia agir e provocar uma intervenção estrangeira, então a Organização Especial realizou um trabalho 'disfarçado' – roubos, sequestros, campanhas de terror, ataques de bandos armados. Desse modo, não havia envolvimento estatal aparente, embora empregasse oficiais de alto escalão para monitorar o trabalho.

O início da guerra trouxe a oportunidade perfeita para levar a termo a política de turquificação do Império. O recrutamento de homens para o exército incluiu cristãos e, com isso, criou um novo pretexto, ainda mais eficiente. Uma grave derrota turca contra a Rússia em Sarikamiş, onde houve relatos de cooperação de alguns armênios, proporcionou o gatilho para o início da operação. O governo usou este episódio para mostrar como os armênios eram desleais ao Império e, por essa razão, precisavam ser afastados do campo de batalha.

Ato contínuo, os soldados armênios foram obrigados a entregar as suas armas e foram reunidos nos já citados 'batalhões de trabalho'. Estes grupos eram enviados, sob a guarda de soldados armados, a locais onde era necessário o trabalho de construção de estradas, conserto de ferrovias, pontes. Algumas vezes, os próprios soldados matavam os recrutas, em locais isolados (BALAKIAN, 2003, p.178). Em outras situações, mais frequentes, os serviços a serem realizados eram tão extenuantes, as condições climáticas tão rigorosas –

trabalhavam em meio à neve no Cáucaso, ou sob sol inclemente do deserto no interior da Anatólia – ou a alimentação tão rara que não se fazia necessário nenhum esforço para que perecessem.

Em pouco tempo, começaram a circular rumores de que estava sendo preparado um massacre. Akçam cita que relatórios alemães já traziam a informação de que Bahaettin Şakir, o líder da Organização Especial, estava se preparando para um grande massacre (AKÇAM, 2007, p.150). Os armênios chegaram a pedir proteção ao cônsul alemão contra os ataques da Organização Especial às vilas armênias próximas à fronteira com a Rússia. Durante o mês de março, em Istambul, o CUP tomou a decisão de afastar Bahaettin de suas funções junto ao exército, para que ele se concentrasse “apenas nos inimigos internos”. Esta decisão levou a formulação da Lei de Deportação.

Em 27 de Maio de 1915, foi promulgada a Lei Temporária de Deportação, que dava aos oficiais otomanos o poder de organizar localmente a logística das deportações, enquanto o Ministério da Guerra, comandado por Enver Pasha, administraria os detalhes. Para ‘organizar’ as deportações, os quadros da Organização Especial receberam reforços de dezenas de milhares de criminosos condenados, os *Chetes*, liberados das prisões com a autorização das autoridades militares. Balakian compara a organização dos *chetes* à dos *Einsatzgruppen* alemães, ou unidades móveis de matadores da Alemanha nazista. Estes membros da Organização Especial recebiam, para melhorar sua ‘performance’, incentivos como as casas e os pertences dos armênios que eles conduzissem para fora das cidades.

Uma vez que a Organização Especial não era reconhecida como um destacamento estatal e os criminosos contratados tampouco, o governo podia, com facilidade, esquivar-se das responsabilidades caso isso fosse verificado. De fato, a versão turca atual fala de ‘situações fora do controle’ e ‘casos de vingança por parte dos locais’.

O plano para 'limpeza' dos armênios foi cuidadosamente pensado e executado com rigorosa disciplina. Tão bem orquestrado que sua ação alcançou cada cidade e cada vila onde haviam armênios. Muitas vezes, as ações tinham lugar simultaneamente em diversas cidades; com isso, muito havia sido feito quando começaram a se dar conta do que realmente ocorria com as pessoas que deixavam as suas aldeias. Ao iniciarem as atividades de relocação, houve resistência em alguns lugares. No mês de abril de 1915, na cidade de Van, os armênios recusaram-se a obedecer a ordem de enviar quatro mil homens aos batalhões de trabalho, já conscientes de que o resultado seria a morte de todos eles. A revolta levou a um ataque turco e houve enfrentamentos durante semanas. Esta revolta aparece nos textos oficiais turcos, mas sob outra ótica – as tropas russas estariam movendo-se em direção a Van e os armênios da cidade levantaram uma revolta para facilitar o acesso russo. Com isso, o exército turco foi enviado para conter a revolta e punir os colaboracionistas.

No mesmo mês, em Istambul, muitos intelectuais armênios (os números variam de 180 a 600) foram presos sem qualquer acusação e levados para Ayaş, uma vila no interior da Anatólia. Este episódio, ocorrido no dia 24 de abril, é considerado como o 'Dia 1' do genocídio armênio. A partir daí, multiplicaram-se as atividades de expulsão e deslocamento de armênios em todo o país.

Os oficiais, ou gendarmes, eram responsáveis por entrar nas vilas e ordenar que os armênios reunissem os pertences que pudessem carregar e formassem uma coluna para a marcha. Na maior parte das vezes, eram levados primeiro os homens, escoltados para fora da cidade. Ao cabo de alguns quilômetros, estas colunas eram atacadas pelos membros da Organização Especial e, em alguns casos, por parte da população turca da cidade. Os homens armênios eram então roubados e depois assassinados, seus corpos deixados pelo caminho ou atirados nos vales das montanhas. Terminada a tarefa, os gendarmes voltavam para a cidade (TOYNBEE, 2003, p. 33).

É preciso lembrar que todo o processo de deportação devia transcorrer em segredo, pois apesar de estarem atravessando tempos de guerra, ainda podiam chegar notícias destes massacres aos ouvidos dos governantes das grandes potências e, com isso, suscitar uma forte reação estrangeira, como já havia acontecido. Por essa razão, era preciso eliminar os intelectuais e os homens válidos primeiro.

Uma vez afastados os que poderiam reagir, passavam à deportação das mulheres, crianças e idosos. Em alguns casos, cartazes eram colocados pela cidade, avisando aos armênios que seriam deportados nos próximos dias. Quando isso acontecia, as famílias apressavam-se em vender o que podiam, por preços irrisórios, para poder levar algum valor na viagem ou alugar um veículo ou animal de carga para o transporte. Em outros casos, os soldados invadiam as casas sem aviso e simplesmente forçavam as famílias a sair carregando apenas o que conseguissem agarrar.

No dia determinado para a marcha, formavam longas colunas e eram direcionados para as estradas que levavam ao interior. Caminhavam sob o sol, ou em dias muito frios, indiferentemente. O destino tinha o nome de alguma cidade bem distante como Aleppo ou Der-el-Zor, no meio do deserto, próximo à Síria. Significava quase sempre várias centenas de quilômetros a serem vencidos a pé. Não havia distribuição regular de comida ou água.

Algumas colunas passaram todo o trajeto sem ataques, mas isso foi raro. A sistemática do programa era, pouco depois de sair das cidades, atacar o grupo, roubar os poucos pertences que possuísem, exigir pagamento em troca de suas vidas. As mulheres jovens e bonitas eram escolhidas e levadas, outras eram violadas e mortas, crianças eram assassinadas frente às mães. As cenas de brutalidade são fartamente descritas pelos sobreviventes.

Um depoimento que ficou muito conhecido é o de Salomon Teilirian, um sobrevivente que foi escondido por uma família curda e, em 1921, matou Talaat Pasha em Berlim. Em seu julgamento, descreve a cena da morte dos pais:

*“Durante o saque abriram fogo na coluna lá da frente. Um dos guardas então agarrou a minha irmã e a minha mãe gritou ‘que eu fique cega!’ (...) Quando os guardas e os soldados começaram o massacre, o povo também se juntou. Aí partiram o crânio de meu irmão mais novo. Minha mãe caiu. (...) senti uma pancada na cabeça e caí, o que aconteceu depois não sei. (...) Quanto tempo permaneci lá não sei. Talvez dois dias. Quando acordei, vi à minha volta muitos cadáveres, pois toda a caravana havia sido morta. Vi pilhas de cadáveres. Vi o corpo de minha mãe de braços e o corpo de meu irmão sobre o meu. Mais não pude perceber.(...)”* (PASCHOAL, 1994, pp.39-40).

Este tipo de depoimento é o mais comum entre os sobreviventes, com variados graus de crueldade envolvida em cada situação. Também há relatos de caravanas que caminhavam ao lado do curso de rios, mas cujos guardas impediam as pessoas de beber, ou casos em que até as roupas foram roubadas, de modo que as pessoas caminhavam nuas sob o sol. Após terem sido privados de tudo o que tinham, os que ainda estavam em pé eram forçados a andar. Andar e andar. Aleppo, no extremo sul, era um dos destinos dessas marchas e algumas pessoas realmente lá chegavam – 180, 200, quando haviam saído 20 mil pessoas. As demais haviam ficado pelo caminho, vítimas, quando não das baionetas, da fome, da sede, da extenuação. Ao chegar a Aleppo, reuniam-se em campos de refugiados, fora da cidade, onde ficavam por alguns dias. Alguns autores relatam testemunhos de pessoas de Aleppo que tentaram, por compaixão, levar algum alimento até os deportados e foram rechaçados pela guarda. Caso houvesse número excessivo de deportados no campo, organizavam novamente uma coluna e os forçavam a caminhar em direção a novo destino.

Para fazer justiça, é necessário comentar que nem todos os turcos partilhavam com o governo desse desejo de homogeneização do país. Ao saber das ordens de deportação e do verdadeiro significado dessas marchas, muitos sobreviventes relatam que foram salvos pela ação piedosa e corajosa de famílias

turcas, ou mesmo curdas, que esconderam armênios em suas casas. O risco era grande, os turcos que ajudassem armênios poderiam receber pena de morte. Ainda assim, pode-se dizer que muitos dos que lograram sobreviver a esse plano de extermínio, devem suas vidas a muçulmanos.

Isso sem mencionar a grande quantidade de mães armênias, que no momento de iniciar a marcha, entregavam seus bebês e crianças pequenas aos vizinhos, sabendo que jamais sobreviveriam a um dia sequer na estrada, ou davam suas filhas adolescentes em casamento para muçulmanos, para evitar um destino ainda pior. Muitos bebês armênios foram criados por famílias turcas e cresceram sem conhecer seu passado. A maior divergência entre as várias fontes que relatam esses acontecimentos está nos números. Os armênios, em geral reclamam um milhão e meio de mortos, enquanto pesquisadores 'neutros' preferem colocar esse número por volta de um milhão e o governo turco, oficialmente, contabiliza 600 mil.

Apesar de o governo turco evitar o assunto atualmente, ao final da guerra foram estabelecidas Cortes Marciais para julgar estes acontecimentos. Durante estas cortes, muitas declarações importantes foram feitas: “Durante meus poucos dias a serviço deste governo, fiquei sabendo de alguns segredos e passei por algo interessante. A ordem para deportação foi enviada através dos canais oficiais pelo ministro do interior e mandada às províncias. Após essa ordem, o [CUP] Comitê Central circulava sua própria ordem a todos os colaboradores, para permitir que as gangues fizessem seu serviço. Assim, as gangues estavam no campo, prontos para as atrocidades.”(AKÇAM, 2006, p.162).

São famosos os telegramas enviados por Talaat, Ministro do Interior, aos governadores de província, contendo ordens explícitas para a aniquilação dos armênios. Muitos destes telegramas, segundo Akçam, supostamente foram destruídos. Em um dos julgamentos foi mostrado que Ali Suat, governador do distrito de Der Zor, recebeu ordens para destruir os telegramas depois de lê-los.

Alguns governadores se recusaram a aceitar a ordem de aniquilação. Estes foram afastados, ou mesmo mortos. Hüseyin Nesimi, prefeito de Lice, ao se recusar a obedecer, foi despedido, chamado a Diyarbakir e assassinado no caminho.

Alguns dos telegramas de Talaat, entretanto, foram recuperados e listados na pronúncia principal. Em geral, estes telegramas se referiam a questões tais como: como retirar os corpos das estradas ou como punir os que se recusavam a obedecer. Outros telegramas de Talaat são utilizados pelo governo turco para provar que não havia intenção de matar os armênios mas, tão somente, deportá-los. Akçam refere que estes últimos, nos quais fala de deportações organizadas e tratamento humano dos deportados, seriam telegramas enviados por Talaat para tranquilizar o embaixador alemão em Istambul.

### *Considerações Finais*

Vários autores que citam fontes turcas ou que sabidamente tiveram acesso aos arquivos otomanos, como Bernard Lewis, Andrew Mango, Stanford Shaw, tratam desse momento histórico em poucas linhas, sem detalhes. O governo turco traz informações como “os armênios que estavam vivendo perto de locais militarmente estratégicos deveriam ser realocados para outras áreas, longe da zona de guerra”.<sup>5</sup> Por outro lado, as fontes armênias descrevem as deportações com uma dolorosa riqueza de detalhes. Do mesmo modo, para cada um dos episódios em que se verifica a responsabilidade do governo, as fontes oficiais turcas apresentam outras versões, confundindo o pesquisador.

O Professor Guenter Lewy procurou determinar os fatos históricos “reais” e afirma ter-se sentido como um “detetive trabalhando em um crime não resolvido” (2005, p.xi), uma sensação que deve compartilhar qualquer pesquisador que se

---

<sup>5</sup> Frase retirada do site do Ministério de Relações Exteriores do governo da Turquia: <http://test2.mfa.gov.tr/enfd/defaulten.aspx>

debruce sobre este assunto. É preciso, mais do que investigar, entender os interesses por trás das ações. Depois de passado quase um século, os testemunhos dos sobreviventes não revelarão mais novidades. Os que foram ouvidos, já são conhecidos. Muitos, infelizmente, não foram ouvidos. Resta-nos buscar entre papéis amarelados, ler nas entrelinhas, procurar pistas que nos levem a formar uma opinião.

Ainda assim, sempre será uma opinião pessoal e cada pesquisador pode entender as pistas de certo modo. A “verdade” é impossível de provar e isso convém muito mais à memória dos heróis turcos que às famílias armênias que perderam muito mais que parentes, perderam a memória, a esperança, o respeito. Entretanto, consideramos um exercício importante revisitar o assunto uma e outra vez, para ao menos impedir que seja completamente esquecido, para manter ao menos a dúvida.

## **Bibliografia**

AKÇAM, Taner. *A Shameful Act*. Translated by Paul Bessmer. New York: Metropolitan Books, 2006.

BLOCH, Marc – *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BALAKIAN, Peter. *The Burning Tigris - the Armenian genocide and America's response*. New York: Perennial Ed., 2003.

BLOXHAM, Donald. *The Great Game of Genocide – imperialism, nationalism and the destruction of the Ottoman Armenians*. New York: Oxford University Press, 2005.

CLOGG, Richard. *A Concise History of Greece*. 2<sup>nd</sup>ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

DEMANT, Peter R. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_ *A Era dos Impérios. 1874-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEWIS, Bernard. *The Jews of Islam*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1984



\_\_\_\_\_ *The Emergence of Modern Turkey*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2001.

LEWY, Guenter. *The Armenian Massacres in Ottoman Turkey – a disputed genocide*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2005.

PASCHOAL, Erlon (trad.) *Um Genocídio em Julgamento – o Processo de Talaat Pasha na República de Weimar*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SAPSEZIAN, Aharon. *História sucinta e atualizada da Armênia*. São Paulo: Emblema. 2010.

SCHNERB, R. *O Século XIX. História Geral das Civilizações*, Vols XIII e XIV, São Paulo: Difel, 1977.

SHAW, Stanford, *History of the Otoman Empire and Modern Turkey 1808 – 1975* v. II. New York: Cambridge University Press, 1977.

TOYNBEE, Arnold; BRYCE, James. *Atrocidades Turcas na Armênia*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Sites:

<http://www.armenian-genocide.org>

<http://www.armenianpress.am>

<http://www.armenianhouse.org>

<http://www.umd.umich.edu/dept/armenian/facts/genocide.html>

<http://www.kultur.gov.tr>

<http://www.mfa.gov.tr>